



106
26

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0300874-6

COMARCA: Recife

ORIGEM: Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

PARTES: Estado de Pernambuco

Gleydiston Guilherme Moreira Caldas

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO AZATIOPRINA 50 MG. PACIENTE PORTADOR DE NEOPLASIA POR IGA - CID D 69.0 RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. Anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais à população carente) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia do tratamento solicitado e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e do 'receituário médico' acostados aos autos, subscritos pelo Dr. João Marcelo M. de Andrade (CRM-PE 12.205), do IMIP – Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Gleydiston Guilherme Moreira Caldas, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o fornecimento do medicamento pleiteado é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 6. Reexame necessário improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Reexame Necessário nº 0300874-6, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 2 de maio de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

101~



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0300874-6

COMARCA: Recife

ORIGEM: Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

PARTES: Estado de Pernambuco

Gleydiston Guilherme Moreira Caldas

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Ação Ordinária** (nº 0053290-30.2010.8.17.0001) proposta por **Gleydiston Guilherme Moreira Caldas** em face do **Estado de Pernambuco**, julgada **procedente** pelo Juízo de primeiro grau, nos seguintes termos:

“Isto posto, julgo procedente o pedido formulado na exordial, com base no artigo 269, inciso I do Código de Ritos, ratificando a antecipação de tutela adrede concedida, no sentido de determinar que o demandado forneça o medicamento AZATIOPRINA 50 mg enquanto for necessário ao tratamento do promovente.

Condeno, por fim, o demandado, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Transcorrido o prazo recursal, com ou sem o recurso voluntário, subam os autos deste processo à superior instância para o reexame necessário Isto posto, julgo procedente o pedido formulado na exordial, com base no artigo 269, inciso I do Código de Ritos, ratificando a antecipação de tutela adrede concedida, no sentido de determinar que o demandado forneça o medicamento AZATIOPRINA 50 mg enquanto for necessário ao tratamento do promovente.

(...)”.

Em sede de Embargos de Declaração, a referida sentença veio a ser aditada (fls.78/79), afastando-se a condenação do réu ao pagamento das custas processuais.

Irresignado com o deferimento da antecipação de tutela (fl.27/29), o Estado de Pernambuco aforou Agravo de Instrumento (nº 0230232-5, em apenso), ao qual se negou provimento, vindo a ser devolvido ao juízo de origem em 03/03/2011, conforme se depreende da fl. 63 dos autos em apenso.

Em face da decisão terminativa por mim proferida nos autos do referido Agravo de Instrumento (nº 0230232-5 - fls.57/60) foi interposto Recurso de Agravo (nº 0230232-5 /01, em apenso), ao qual se negou provimento (fls. 19/23), vindo a transitar em julgado em 25/02/2011, conforme se depreende da ‘certidão’ acostada à fl.32 dos autos em apenso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Na via ordinária, o autor/recorrido, portador de NEOPLASIA por IGA - CID D 69.0 (episódio atual grave sem sintomas psicóticos), pugna pelo fornecimento do medicamento AZATIOPRINA 50 mg, e bem assim pela garantia de que o respectivo fornecimento seja mantido enquanto necessário, com base no 'laudo médico' (fl.21) e no 'receituário médico' (fl.22), subscritos pelo Dr. João Marcelo M. de Andrade (CRM-PE 12.205), do IMIP – Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira.

Assevera a imprescindibilidade do referido medicamento *“para controle de sua doença. Caso não use essa medicação poderá haver progressão da doença mental p/estágio final e necessidade de hemodiálise”*, conforme preceitua o 'laudo médico' supra referido.

Nesse panorama, o autor/recorrido aponta como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde as prescrições constitucionais constantes dos arts. 5º, *caput*, 6º, e 196/198, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

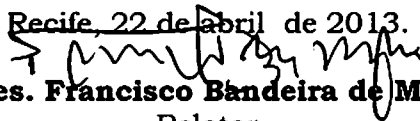
Em sua contestação (fls.53/72), sustentou o Estado, em suma, que: (i) o medicamento cujo fornecimento é pleiteado pelo autor/recorrido não compõe a lista de dispensação excepcional do Ministério da Saúde, elaborada com o fito de uniformizar procedimentos e preservar a economicidade e a eficiência; (ii) não restariam comprovadas nos autos a necessidade/eficácia do medicamento solicitado e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade; (iii) o autor/recorrido postularia medida de ordem administrativa, a qual não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF/88) - já que o Judiciário passaria a substituir o administrador; (iv) ante a ausência de previsão orçamentária, a compra da medicação solicitada, de alto custo, traria manifestos prejuízos às ações já programadas de assistência à saúde da coletividade; (v) a jurisprudência do STJ vem suspendendo decisões que determinem o fornecimento de medicamento/tratamento não constante das listagens oficiais do SUS; e (vi) o art. 196 da Constituição Federal não pode ser interpretado da forma pleiteada pelo autor/recorrido, ante o condicionamento orçamentário, que leva a privilegiar o todo em detrimento de particularidades (reserva do possível), sob pena de inobservância ao princípio da igualdade.

Não houve interposição de apelo voluntário.

O Ministério Público com assento neste Tribunal (fls.93/98) opinou pelo improvimento do Reexame Necessário.

É o relatório. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 22 de abril de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

207

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 0300874-6

COMARCA: Recife

ORIGEM: Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital

PARTES: Estado de Pernambuco

Gleydiston Guilherme Moreira Caldas

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Como visto, pugna o autor/recorrido pelo fornecimento, na forma prescrita pelo profissional que o acompanha (fls.21/22), do medicamento AZATIOPRINA 50 mg, por não ter condições de arcar com a respectiva compra.

Anoto que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais à população carente) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198).

A necessidade/eficácia do tratamento solicitado e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' (fl.21) e do 'receituário médico' (fl.22), subscritos pelo Dr. João Marcelo M. de Andrade (CRM-PE 12.205), do IMIP – Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado.

Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa.

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Gleydiston Guilherme Moreira Caldas, atestada pelos documentos acostados aos autos (fls. 21/24), pelo que o fornecimento do medicamento pleiteado é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.

Ademais, a jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono o aresto seguinte:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DESPROVIDO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.
2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.
3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda).

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:

EMENTA:

PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode



109
de

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQUENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER. - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes." (RE - AgR 393175/RS, Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 12/12/2006).

Ante o exposto, e sendo certo que a pretensão do Estado está em linha de confronto com a jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal, **nego provimento ao reexame necessário.**

Recife, 2 de maio de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator